

A ATUAÇÃO DOS INSPETORES DE QUARTEIRÃO NO MUNICÍPIO DE PIRATUBA DURANTE O PERÍODO MILITAR.

Aline Aparecida Faé Inocenti*

RESUMO: Este trabalho tem a intenção de evidenciar as práticas militares implantadas no município de Piratuba durante o período militar, comparando com a política nacional. O sistema de controle político implantado se baseava nos inspetores de quartelão, que eram responsáveis por vigiar e zelar pela “paz” e segurança dos moradores de determinadas áreas. Para isso o artigo é dividido em duas partes, a primeira fazendo uma discussão sobre a ditadura militar no Brasil e os reflexos no cenário atual, e a segunda, a pesquisa sobre os mecanismos de controle no período militar no município.

Palavras-Chave: Política, Segurança, Período Militar.

RESUMEN: Este documento de trabajo tiene por objeto poner de relieve las prácticas militares realizadas em el município de Piratuba durante el período militar, em comparación com la política nacional. El sistema de control político se desplegó sobre la base de los inspectores de bloques, que fueron responsables de supervisar y assegurar la “paz” y la seguridad de los residentes em determinadas zonas. Para ello, el artículo se divide em dos partes, primero uma discusión sobre la fabricación de la ditadura militar em Brasil y los reflejos em el escenario actual, y el segundo estudio sobre los mecanismos de control em el período militar em la ciudad.

Palabras Clave: Política, Seguridad, Período Militar.

Ditadura Militar no Brasil: influências e reflexos no cenário atual.

Entre os anos de 1964 e 1984, o Brasil viveu a ditadura militar, anos estes que se caracterizaram pela perda da liberdade política, econômica e social para os cidadãos brasileiros. Neste período um grupo de direita, controlou as decisões do país e governaram de maneira que apenas beneficiavam os interesses próprios. Assim, a população ficou a mercê de um pequeno grupo elitista e controlador.

Este fato, chamado de golpe militar, apesar de suas várias interpretações, teve origem na tentativa de erradicar governos de cunho esquerdista no país. Deste modo, a maneira de controlar a população não modificou o que mudou foram os personagens controladores que mantiveram a política de direita que controla o mundo, dando abertura para a grande potência mundial, os Estados Unidos, que apoiou este episódio, tendo em vista o medo que ocorresse no Brasil uma reforma na política.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Email. aline.inocenti@hotmail.com.

Com a chegada dos militares no poder, a política adotada tinha como característica as medidas de desrespeito ao processo democrático, a chamada “linha dura” estava no poder agredindo os direitos humanos.

Ao “perder a identidade, os militares subverteram o conceito de nacionalidade”. Adotaram uma teoria de segurança nacional que ditou sua ideologia política. Essa ideologia, acima da nação, explica a conduta dos militares. Após a tomada de poder, eles desprezaram os políticos, menosprezaram as instituições (Congresso, Judiciário etc.) e instalaram a “sua” ditadura. Mas esta perdeu rapidamente a “pureza original”, degenerando-se em um sistema repressivo. (CHIAVENATO, 2004, p. 102)

Mesmo com a subversão militar instaurada no país, que diminuiu os direitos dos cidadãos, a economia brasileira, viveu um período de desenvolvimento econômico, o chamado “Milagre econômico”, que por um curto período representou avanços e a longo período representou endividamento e recessão da economia brasileira.

Mesmo com a possibilidade de criar um cenário de endividamento, governantes militares apostaram em grandes obras de infraestrutura neste período, demonstrando por meio da mídia (principalmente a emissora Rede Globo, que surgiu com alguns favorecimentos em 1965) os grandes feitos do governo, amenizando as revoltas por conta da repressão que parte da população brasileira estava vivenciando.

O ano de 1970 foi cheio de “sucessos”. Em fins de 1969, com cifras de crescimento de cerca de 9% para o produto Interno Bruto (PIB) e 11% para a indústria, explodiu um vertiginoso crescimento econômico, que duraria pelos três anos seguintes. Era o rojão pirotécnico do “milagre econômico” brasileiro, a estrela que brilhava na ponta do consolidado tripé capitalista local: o Estado, as multinacionais e grande capital nacional. (BARROS, 1991, p.58).

A economia desenvolvida pelos militares adotou como característica a submissão ao capital internacional, desnacionalizando os diversos setores econômicos do país. Os baixos salários, então instaurados no setor, as isenções e os incentivos fiscais, a legislação e financiamentos beneficentes acabaram por despertar a atração das empresas multinacionais.

Essa nova fase da economia fez com que a maioria pobre ficasse ainda mais pobre e a minoria rica ficasse cada vez mais rica. O que significou a queda brusca da economia, tendo que se voltar para os financiamentos estrangeiros e a vinda das multinacionais para desenvolver a indústria e a tecnologia brasileira, de forma a despertar lucros nos proprietários industriais.

Que o milagre foi falso, todo o Brasil soube e sabe. O que vale a pena ressaltar é que, naquele período, o aumento da produção industrial também

não refletiu um aumento real da economia. Ele favoreceu apenas 7,2% dos assalariados ou, em uma avaliação muito otimista 30,8% (se somarmos os 26,3% que recebiam até cinco salários mínimos aos 7,2% correspondentes à “verdadeira” classe média). Outro ponto a salientar é como se obteve essa produção: com a abertura da economia às multinacionais, com o sucateamento da indústria nacional e com o maior endividamento externo que o Brasil já teve. (CHIAVENATO, 2004,p.126)

Assim, como coloca a citação acima, fica comprovado que o chamado “milagre econômico”, nada mais foi do que o enriquecimento da porcentagem elitista da população do Brasil, que estava no poder. Tudo isto a custo da venda da economia brasileira a potências estrangeiras, e o empobrecimento dos brasileiros, que já não bastasse, sem perspectivas políticas, agora também econômicas.

Com o passar dos anos, e com o esquema de controle montado, o militarismo vai tomando um rumo de rigoroso controle sobre o país. O golpe militar de 1964 representou a ruptura das propostas nacionalistas da economia do país, defendida por Jango, com o discurso de “socialização do desenvolvimento”. A partir, deste período, foi implantado um modelo político econômico que se baseava na concentração de renda e desnacionalização da economia. Tudo isso baseado na força armada e na repressão.

Segundo ARNS (1986, p. 62) “A monopolização da economia e a imposição de um modelo concentrador de renda e achatador de salários foram às raízes, no campo econômico, de toda uma série de medidas autoritárias e repressivas que os governos adotariam a partir de 1964.”

Para aplicar e ter resultados no modelo econômico adotado foi “necessário” alterar a estrutura jurídica do país, reforçando o aparato de repressão e controle, transformando-se em um Estado cada vez mais forte e controlador.

Para consolidar a política controladora do sistema, foram criados judicialmente os Atos Institucionais, que eram uma espécie de ações que desarticularam pausadamente o regime democrático nacional, reconfigurando a vida política brasileira.

No total, entre os anos da ditadura militar foram emitidos 17 atos institucionais no Brasil, porém somente cinco destes são considerados os mais importantes do período, possuindo características repressivas, que representavam mudanças de configuração nacional.

O Ato Institucional (doravante chamados de AI) de nove de abril de 1964, que deveria ser único, mas acabou sendo o primeiro de muitos, deu ao governo militar poder de governar e alterar a constituição brasileira, cassar mandatos legislativos e suspender direitos políticos, implantando, assim, o governo militar no país. Esse “primeiro” ato institucional acabou por implantar no país um governo baseado nas forças militares, dando início à abertura de várias práticas, antes consideradas ilegais.

Com o passar dos meses, a oposição vai ganhando força perante as crueldades implantadas pela política do regime. Algumas manifestações surgem pelas ruas, no interior das fábricas e das escolas. E para impedir que estas se alastrassem, os grupos de posição, e as Forças Armadas, juntamente com o presidente Costa e Silva no dia 13 de dezembro de 1968, baixam o Ato Institucional número cinco, o AI-5, sendo o mais cruel e repressivo, representando a ditadura sem disfarces, o endurecimento significativo do regime:

“O Congresso é colocado em recesso, assim como seis assembléias legislativas estaduais e dezenas de câmaras de vereadores em todo o país. Mais de 69 parlamentares são cassados, assim como o ex-governador carioca Carlos Lacerda [...]”

Com o AI-5 a repressão é posta em legalidade, atos considerados anteriormente ilícitos e ilegais, passam a fazer parte da política do país. Todas as práticas militares, a partir deste momento passam a ser defendidas legalmente, significando assim, o total poder nas mãos dos governantes militares. Esta foi uma espécie de simbologia do período do governo militar no país, pois nenhum outro conferiu maior diluição dos direitos políticos, humanos, sociais entre os anos 60 e 70 do século passado.

O período de maior repressão, violência e supressão da liberdade da população, começou a ser instaurado em outubro de 1969, depois da promulgação do AI-5, desenvolvendo e aprimorando o aparato de órgãos de segurança, transformando a morte e o assassinato em rotina. “Os órgãos de segurança, sem respeitar limites de dignidade da pessoa humana conseguem importantes vitórias na luta contra as organizações de luta política clandestina.” (ARNS, 1986, p. 62).

“Enfim, estabeleceu-se uma rede que, partindo do presidente da República (por meio do CSN e do SNI), abarcava toda a sociedade brasileira, vendo em cada cidadão um suspeito, um potencial perigo à segurança interna” (CHIAVENATO, 2004. p. 152). O sistema então se baseava na divisão de tarefas entre os setores, alguns coletavam as informações, outros analisam, e outros ainda reprimiam, como foi o caso do Dops até 1967, que se encarregava de torturar, interrogar e matar se fosse necessário.

O processo de abertura política no período militar teve início em 1974, coincidindo com o fim do período de crescimento econômico no país, com a forte inflação e endividamento brasileiro, oriundos dos empréstimos realizados para as grandes obras de infraestrutura.

No início dos anos militares, enquanto esteticamente o país se encontrava em boas condições econômicas a população, no geral, viam aquele governo, como um bom governo, que fazia o país prosperar. Entretanto com o estabelecimento do AI-5 e o início da repressão contra o povo, e em contrapartida a recessão na economia, os brasileiros começaram a ver e entender a ditadura como uma forma de governo inadequada.

Os Mecanismos de controle no Período Militar no município de Piratuba – SC.

O município de Piratuba é reconhecido atualmente por ser um pólo turístico, em função das águas termais, símbolo do município e também pela sua importância, devido ter em sua trajetória histórica um período de nomeação de prefeitos, sendo o único na região oeste do estado de Santa Catarina.

No contexto de estudo deste trabalho, interessa compreender o jogo político-econômico estruturado na criação e estruturação da Companhia Hidromineral de Piratuba, e no período da ditadura militar, com a figura dos inspetores de quarteirão, que desempenhavam um papel primordial e de respeito em meio à população piratubense.

Piratuba, que em Tupi-guarani significa “abundância de peixes”, localiza-se no chamado Baixo Vale do Rio do Peixe. A ocupação da terra inicia-se muitos anos antes da colonização européia, pois ali viviam descendentes indígenas e posteriormente os conhecidos como “caboclos”.

Em meados do ano de 1910, começam a vir para estas terras imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães, oriundos do Rio Grande do Sul, motivados pelas propagandas da empresa norte americana, Brazil Railway Co. responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, e com intermédio da empresa subsidiária Brazil Development Company, esta contratada pela primeira, para administrar a faixa de terra, com extensão de 15 km de largura (pagamento pela construção da ferrovia).

Com a vinda destes imigrantes, muitos “caboclos” que residiam próximos aonde foi construída a estrada de ferro, foram expulsos dando lugar de moradia aos que vieram, e a chamada então Vila do Rio do Peixe, inicia a fase econômica baseada na agricultura e pecuária, dando destaque ao frigorífico e as madeireiras, localizadas no interior do município.

À medida que foram passando os anos, novas levas de colonos chegavam à localidade, animados pela conclusão da obra da construção da estrada de ferro. Não só a lavoura prometia melhoras para estes, mas também o comércio que iniciava seu desenvolvimento.

Neste período, a Vila do Rio do Peixe, pertencia ao município de Campos Novos, sendo elevada a distrito somente em 1923 e município em 1948, sob a Lei nº 247, de 30 de dezembro de 1948, desmembrando-se dos municípios de Campos Novos e Concórdia.

Passada a fase de extração de madeiras, que teve maior esplendor nas décadas de 1930, 40 e 50 do século passado, e juntamente a paralisação das atividades no frigorífico do município, muitas famílias saíram em busca de novas oportunidades, dirigindo-se, a maioria, para o oeste do estado do Paraná.

A partir de 1964, a economia do município começa a se encaminhar para outros rumos, com a vinda da Petrobrás foi descoberto o lençol de águas sulfurosas, dando início ao complexo termal, formado pela Companhia Hidromineral de Piratuba, criada em março de 1975.

Com isso, teve início o desenvolvimento do turismo no município, dando destaque para rede hoteleira instalada, pois a partir daquele momento Piratuba passou a ser modelo turístico, atraindo pessoas de todos os lugares do país e também turistas internacionais.

A economia, que antes era estritamente agrária, agora assume uma característica diferenciada e que movimenta até hoje as realizações da cidade, que depende do sucesso turístico para sobreviver.

No final da década de 90, a construção da barragem, a Usina Hidrelétrica de Machadinho, que foi inaugurada em 2001, veio a contribuir para o desenvolvimento econômico industrial do município e também da região.

No campo político, sua história como município, inicia a partir de 1949, quando teve no poder executivo, os seguintes prefeitos (elencados na tabela abaixo). Onde podemos destacar no período da ditadura militar o prefeito Mario Wolfart (ARENA) que permaneceu por 12 anos e 10 meses, equivalendo na prática por 13 anos, sendo nomeado pelo governo do estado e será alvo de discussões ao longo do trabalho:

“No poder legislativo, Piratuba, ao longo de seus 58 anos de existência, teve 15 legislaturas, as quais, por força das legislações eleitorais, exerceram mandatos de seis, cinco, três e dois anos, a partir de 1989, o mandato passou a ser de quatro anos [...]” (ROGGE, 2008. p.53).

Assim, comparando ao longo da história, o partido político predominante anterior aos anos militares era a UDN (União Democrática Nacional), depois viveu uma ditadura militar com o predomínio da elite direitista da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) por quase treze anos, e posteriormente com a abertura política, percebe-se um predomínio do partido político PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

A legislação eleitoral, no período militar, compreendido entre a deposição de João Goulart (1964) e a eleição de Tancredo Neves (1985) foi marcada por uma sucessão de atos institucionais e emendas constitucionais, leis e decretos-leis com os quais o Regime Militar conduziu o processo eleitoral de maneira a adequá-lo aos seus interesses, mantendo no poder a alta elite de direita, excluindo da participação política do país os partidos ou indivíduos que se colocavam contra o governo.

Isso também ocorreu em Piratuba, cidade localizada no oeste de Santa Catarina. Por volta da década de 50, a atividade agrícola e o frigorífico da cidade começam a enfraquecer, levando a economia à decadência, fazendo com que muitas pessoas que ali residiam mudassem para outras localidades, em busca de novas condições favoráveis.

Mas a situação econômica no município começa a reverter a partir do ano de 1963, quando se instalou, na cidade, uma equipe da Petrobrás em busca de petróleo, chamado por eles de “ouro negro”.

A perfuração atingiu uma profundidade de 2.271, 30 metros, sem que houvesse indícios do procurado “ouro negro”. Porém, numa camada existente na profundidade de 674 metros encontrou-se um lençol de águas que meses mais tarde, após análise, constatou-se serem sulfurosas. Decidiu-se que ele ficaria para uso das comunidades de Piratuba e Ipira [...] (ROGGE, 2008, P. 70).

Este fato, obviamente foi decisivo para a criação da estância hidromineral.

Neste período, era prefeito do município Adão Willibaldo Stein, do partido da UDN. Porém, os efeitos da Revolução de 31 de Março, instituindo o golpe militar no país estavam afetando a política e a economia do município, e o prefeito desiste de seu cargo, que tinha passado de 05 para 06 anos, devido à política do golpe militar que evitara eleições pelo país todo, com receio de revoltas contra a ditadura instaurada.

A desistência de Adão ocorreu, porque ele era ideologicamente contra o golpe e não estava concordando em continuar no comando político do município sem ter apoio nacional para os problemas enfrentados na época.

Assim, eleito pela Câmara de vereadores, Christiano Polleto Netto, do PSD, alcançou a figura de prefeito municipal, por não haver na época a figura do vice-prefeito. Ele permaneceu no poder entre outubro de 1964 e janeiro de 1966, quando é eleito Hugo Eitelwein, do PSD, favorável ao governo militar, e membro da futura ARENA, quando foram extintos os partidos políticos com os atos institucionais.

Passados os anos, a economia do município começava a se modificar, com obras de infraestrutura (característica militar), principalmente no governo de Hugo Eitelwein, próximo ao poço de água sulfurosa, sendo construído um pequeno parque termal que, por motivo de ser novidade na região, chamava a atenção de diversas pessoas, iniciando o turismo no município.

Enquanto a economia se reerguia, no campo da política o cerco se fechava em torno da ditadura militar, em busca de total controle do município pela elite da direita, impulsionados pelo movimento instaurado no país.

Neste período, iniciavam-se grandes especulações na Câmara de Vereadores em torno da administração municipal, que precisava se adequar, segundo os dirigentes compatíveis ao golpe, às normas estabelecidas pelos atos institucionais baixadas para a legislação nacional.

“Paralelamente aos problemas com o Poder Executivo, a Câmara encampou o movimento para transformar Piratuba em Estância Hidromineral, oportunizado pela Constituição de 68” (ROGGE, 2009, p. 72).

Na verdade, o movimento foi liderado por Cláudio Victor Rogge, vereador empossado em 31 de Janeiro de 1966, do partido da ARENA (adepto a ditadura militar). Inclusive neste período e no período que segue, a Câmara de vereadores era formada somente por políticos do partido da ARENA, comprovando a hegemonia política deste partido de direita no município, na época.

Assim, o objetivo principal da Câmara era transformar a cidade em Estância Hidromineral, para o prefeito ser nomeado, instituindo também no poder executivo a ARENA, consolidando a ditadura em Piratuba, embora, ela já tivesse influenciado na desistência do prefeito Adão Stein.

Os vereadores recolheram assinaturas dos eleitores piratubenses, que iludidos com a propaganda do governo militar e acreditando estar contribuindo para o progresso do município, concordaram com a nomeação do prefeito através do governador do estado. Entretanto, é necessário mencionar, que um pequeno grupo era contra o movimento, e contra a própria ditadura, logo não aderiram, pois não poderiam ser favoráveis a nomeação do prefeito, que significava a perda da liberdade de escolha do líder municipal, ficando, assim, mal vistos pelos líderes políticos e pela população em geral.

Além das centenas de assinaturas da população piratubense, o grupo de vereadores conseguiu documentos de apoio dos municípios vizinhos, Caçador, Videira, Tangará, Joaçaba, Capinzal, entre outros. Também conseguiram fotos para demonstrar a situação vivida pelo município, e montaram um corpulento processo, para demonstrar e convencer o governador do estado, Ivo Silveira.

Assim, em 1969, Piratuba foi transformado em Estância Hidromineral, permanecendo até 1982. Estâncias Hidrominerais e municípios de fronteira eram considerados área de segurança nacional, e tinham seus prefeitos nomeados pelo governador com o pressuposto que o município que tivesse prefeito nomeado teria mais força junto ao governo. Juntamente com Piratuba, foram constituídas Estâncias Hidrominerais Caldas de Imperatriz, São Carlos e Águas de Chapecó.

Isso comprova que os governantes adeptos ao governo militar, e a própria legislação imposta pelos militares, pregavam que a nomeação era uma forma de melhor comunicação, e consequentemente de fácil acesso para as realizações das obras de infraestrutura, porém, na verdade, o que pretendiam era um controle total da área do país, acabando com qualquer indício de movimentos contra o governo militar, e principalmente movimentos de caráter esquerdista, sendo considerado um perigo para a direita do Brasil, e dos líderes mundiais do capitalismo.

Em meio ao período de trâmites para a criação da Estância Hidromineral, discussões e realizações se davam em torno do terreno da perfuração do poço, para a construção e revitalização do parque termal.

No final do mandato do governador Ivo Silveira, foi sancionada a lei complementar nº 02, datada em 10 de setembro de 1969, que previa durante sua vigência, os prefeitos das Estâncias Hidrominerais, seriam nomeados pelo governador do estado, mediante indicação de três nomes de candidatos das forças políticas locais, e claro esses três sendo do partido militar, a ARENA, mantendo mais uma vez a hegemonia política.

Os nomes dos três candidatos foram apresentados pelo Diretório Municipal da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sendo candidatos Mario Wolfart, Cláudio Victor Rogge e Herbert Hepp, segundo o relato de Mario Wolfart: Na época foram três nomes: Herbert Hepp, Cláudio Rogge e eu Mario Wolfart, aí eu fui escolhido.

Diante da lista apresentada ao governador, foi nomeado Mario Wolfart em 15 de março de 1970, data em que também assumiu a prefeitura, tendo como secretário de administração, Cláudio Victor Rogge. Mario era presidente do partido da ARENA, e Cláudio, presidente da Câmara de vereadores, também da ARENA. Assim, manteve-se aos moldes dos militares o total controle do município.

Quando assumiu, Mario logo se propôs a rever a situação financeira do município, reerguendo a economia municipal, principalmente dando novos ares para o complexo termal. Isso resultou na prorrogação de seu mandato durante o governo de Colombo Machado Sales, Antonio Carlos Konder Reis e Jorge Bornhausen, completando, 12 anos de mandato, sem dar abertura política para nenhum outro grupo político, mesmo porque a política do estado e do país preferia manter os poderes nas mãos de poucos, mas estes sendo da direita militar.

A política, então, no período militar, passou por controle e gestão da ARENA, que sufocava qualquer movimento contrário ao governo e aos ideais defendidos pela direita. No campo econômico, principalmente na Companhia Hidromineral, causa da realidade política implantada no município, e alvo de principal preocupação do poder executivo, foi parcialmente privatizada, que era prática comum da direita capitalista.

Foi viabilizada uma sociedade de economia mista, com o Estado de Santa Catarina, a Prefeitura Municipal, a Companhia de Turismo, hoje SANTUR e particulares para articular através do decreto nº 696 de 21 de junho de 1974, no governo de Colombo Machado Sales, e então constituir a Companhia Hidromineral de Piratuba S/A. Através dos investimentos dos mesmos o parque foi devidamente construído, tornando-se símbolo municipal.

Esta situação, elencada acima, faz refletir sobre a questão da criação da Estância Hidromineral, que foi criada para que o prefeito fosse nomeado para ter relações mais estritas com o governo, para desenvolver economicamente o município, principalmente o parque termal. Entretanto, o que acontece após a nomeação do prefeito, foi a privatização do local, escapando dos investimentos estatais, do município, que reverteria futuramente em benefícios para a população, e não lucro para investidores particulares.

Assim, podemos perceber que todo o movimento acerca da Estância Hidromineral serviu para instituir a direita no município, acabando com qualquer tentativa de esquerda ou contra o sistema em vigor no país, isto se comprova com as palavras do então prefeito municipal, nomeado pelo governador.

Durante o governo municipal do prefeito Mario Wolfart, houve uma fragilização da democracia do município. A população perdeu o direito de voto na escolha de seu representante municipal no campo político. Porém, não se pode afirmar que durante esses treze anos não houve realizações de importância para o povo piratubense, muitas conquistas de infraestrutura foram conseguidas, mas sem o apoio ou aprovação política dos votantes, que estavam com seu direito extinto, durante este período.

Além do controle do poder executivo, o governo municipal contava com o apoio e fiscalização de indivíduos espalhados pelo interior do município, os inspetores de quarteirão, que legalmente não se faziam mais necessários, representavam uma força política.

Os inspetores de quarteirão surgiram no cenário nacional em meados do século XIX, juntamente com o posto de juiz de paz, com o objetivo de auxiliar nas atividades que designavam a segurança da população.

Em Piratuba, tal qual no exemplo já citado, os inspetores surgiram como personagens na história nos anos finais da década de 1940, início de 1950, quando se torna município independente, tendo o mesmo objetivo. A diferença era que ao invés de defenderem os quarteirões, eles ficavam nas comunidades do interior, pois a cidade era pequena e com características agrárias.

Os inspetores de quarteirão eram mais ou menos parecidos com um delegado. Entende-se por delegado, uma pessoa responsável pela localidade, resolvendo todos os problemas, repassando estes para o subdelegado responsável pela região.

Os inspetores eram escolhidos pelo juiz de paz, ou delegado responsável pela região, e aprovados juntamente com a Câmara municipal, ou no caso de Piratuba pelo delegado e pelo prefeito da cidade.

No interior do município, segundo os relatos dos moradores e familiares dos inspetores, eles tinham diversas funções, desde aconselhamentos, até a realização de casamentos, prisões, enfim eles eram “a primeira instância do policiamento em cada aglomerado urbano, fosse este uma vila ou uma cidade”.

A jurisdição de um inspetor encerrava-se nos limites territoriais de seu quarteirão – sendo-lhe vedado o uso de sua autoridade nos quarteirões vizinhos. No entanto, [...] qualquer inspetor tinha direito de entrar em outro quarteirão, que não fosse o seu, em três situações – e somente nessas situações. Primeiro, desde que tivesse para isso recebido ordem expressa do chefe de polícia, do delegado ou subdelegado. Segundo, quando estivesse em perseguição a algum criminoso ou pessoa que, por qualquer motivo, devesse ser presa. E, por último, quando fosse chamado pelos inspetores vizinhos

para ajudá-los a resolver algum daqueles rompantes de anarquia e desordem coletiva que podiam estourar a qualquer momento em um quarteirão. (SILVA, 2011, P.31).

No caso de Piratuba, o terceiro motivo elencado acima se fazia mais presente no dia a dia dos inspetores. Estes usavam ajuda uns dos outros somente em casos de difícil resolução, quando não conseguiam conter as movimentações populares sozinhos, principalmente quando estes tinham cunho político social, que envolvia a maioria dos moradores da comunidade.

Um dos problemas frequentes, enfrentados na maioria dos municípios, era no momento de nomeação dos indivíduos que assumiriam o cargo de inspetor, pois o sistema repressivo montado para censurar a população escondia uma série de arranjos internos, como é o caso da escolha por meios políticos, ou pela falta de candidatos para a escolha, e muitos ficavam responsáveis por duas ou mais localidades ao mesmo tempo, muitas vezes comprometendo o bom trabalho. Outro problema é que os inspetores não recebiam nenhuma remuneração para o trabalho, e muitos não se interessavam pelo trabalho somente pelo prestígio que recebiam.

No entanto, em Piratuba, dois perfis de inspetores foram instituídos, os nomeados pré-golpe militar e os pós-golpe militar, todos com o mesmo objetivo, as mesmas funções e legalidades, porém as formalidades na hora de execução com características diferenciadas, dependendo da particularidade de cada período histórico e político instituído no país.

Após o golpe de 64, transformaram-se em operadores do governo militar, vigiando, denunciando e coagindo a população, principalmente nas localidades do interior. Isto se diferencia do perfil anterior ao golpe, em que era mais evidente a sua figura como autoridade policial.

Assim, o objetivo deste estudo se centralizou na atuação dos inspetores de quarteirão, que existiam por um período que pode até ser considerado longo, se comparado à cronologia do município.

Por conseguinte, esta pesquisa histórica sobre os mecanismos de controle político exercido no município de Piratuba entre os anos de 1964 e 1985, e, conseqüentemente a falta de liberdade e democracia vivenciada pela população no período, possibilitou a verificação de uma tendência para reverter este quadro de exclusão política vivida durante este período.

A partir desta nova ordem política, implantada pelo governo militar no Brasil, o município de Piratuba aderiu às práticas militares de controle e perseguição aos movimentos de oposição, massificando a população por quase treze anos nas vontades da elite direitista do município.

O partido da ARENA, que surgiu com a junção das elites políticas do município controlou a população de fácil manipulação e aplicou ao município suas vontades e ambições,

aplicando os recursos públicos somente em obras de infraestrutura, esquecendo-se das necessidades humanas e sociais.

E neste mesmo cenário, adquire-se um controle mais próximo e rígido dos inspetores de quartirão, que transformam seus objetivos de ação em objetivos estritamente políticos, ligados ao comando superior.

Com o prestígio e respeito adquirido durante os primeiros anos de atuação, os inspetores de quartirão se utilizam de seu poderio para iludir a população e controlar qualquer indício de movimentação contrário às ideias pregadas pela elite governamental.

Sobretudo, vale destacar, sobre o clamor da população por liberdade, a organização lenta e silenciosa do grupo de opositorista, em que fazia parte, na grande maioria, agricultores que estavam vivendo sob práticas que prejudicavam o desenvolvimento de suas atividades.

No transcorrer deste estudo, percebeu-se que a atuação dos inspetores mudou após o golpe de 64, pois anteriormente era uma autoridade policial, encarregada de garantir a segurança. Após 64, passaram a atuar de forma coercitiva, controlando a movimentação política, especialmente aquela contrária ao executivo.

Referencias Bibliográficas:

Abertura Política. Disponível em: [HTTP:// WWW.historiabrasileira.com/ditadura-militar/abertura-política](http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/abertura-politica). Acesso em: 09, abr. 2011.

ARNS, D. Paulo Evaristo Cardeal. **Brasil Nunca Mais**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

Atos Institucionais. Disponível em: [HTTP:// WWW.pt.wikipedia.or/wiki/Atos_institucionais](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Atos_institucionais). Acesso em: 02, abr. 2011.

BARROS, Edgar Luiz. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto. 1991.

CHIAVENATO, Julio Jose. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

SÃO PAULO. **Decreto nº 6.746, de 16 de setembro de 1975**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislação/215794/decreto-6746-75-sao-paulo-sp>. Acesso em 30, Abr. 2011.

História das eleições no Brasil: Ditadura Militar. Disponível em : http://www.tse.gov.br/internet/biblioteca/historia_das_eleicoes/capitulos/regime_militar/regime.htm. Acesso em: 07, Mai.2011.

PIRATUBA. Delegacia de Polícia Civil. **Livro de registros de ocorrências policiais 1970 á 1985.**

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

REVISTA VEJA ONLINE. **O olho dos EUA no golpe de 64.** Ed. 1848. 07, abr. 2004. Disponível em: [HTTP://veja.abril.com.br/070404/p_048_html](http://veja.abril.com.br/070404/p_048_html). Acesso em: 26, mar. 2011.

ROGGE, Claudio Victor. **Piratuba Terra Boa: Volume I.** 1 ed. Piratuba, 2008.

ROGGE, Claudio Victor. **Piratuba Terra Boa: Volume II.** 2 ed. Piratuba, 2009.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Uma autoridade na porta das casas: os inspetores de quarteirão e o policiamento de Recife do século XIX (1830-1850).** Disponível em: http://www.pm.al.gov.br/intral/downloads/pol_recife.pdf. Acesso em 16 de Maio, 2011.

SINGER, PAUL. **A crise do milagre.** 5 ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1977.

STEPAN, Alfred. **Os Militares: da abertura á nova República.** 4. Ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1986.